

---

## Imagens e imaginário da ausência do luto público na pandemia<sup>1</sup>

Leandro Silva LOPES<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

### RESUMO

Pensando a partir da construção imagética da atual pandemia, propomos uma reflexão sobre a cena do reconhecimento do luto em parte da cobertura midiática brasileira. Afinal, o que realmente significa as mais de 550 mil mortes quando isso é um número? Recorrendo a Judith Butler, Susan Sontag e Michael Hardt, realizaremos um gesto de discutir dicotomias a respeito das produções de subjetividade como um ato de esfacelamento das comoções que o luto público é capaz de produzir. Trazemos alguns exemplos dessa construção imagética a partir de uma análise inicial do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão e também do documentário *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016).

**PALAVRAS-CHAVE:** construção imagética; luto público; mídia; pandemia.

### INTRODUÇÃO

Uma constatação que na forma de *meme* viralizou nas redes sociais em início de junho de 2020 dizia: “o curioso caso de benjamin button onde com 200 casos de corona tava todo mundo surtando estocando papel higiênico e com 1 milhão de casos abriu o shopping”.<sup>3</sup> O texto era, quase sempre, seguido de um compartilhamento de reportagens que estampavam o número de um milhão de casos da doença em território brasileiro. No início de agosto de 2021 esse número já ultrapassava os 563 mil óbitos e mais de 20 milhões de casos no país.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Imagens e Imaginários (DT 8 – Estudos Interdisciplinares), XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, e-mail: leandroslopes.ba@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>3</sup> A primeira vez que tivemos acesso ao *meme* foi por meio do Instagram @clapiclapiclap. Dias depois, outros vários usuários de outras redes usaram as mesmas palavras. A autoria, de fato, não é possível confirmar.

---

A partir do primeiro milhão, tinha início uma cobertura midiática saturada de números. As principais manchetes davam conta das estatísticas da pandemia. O jornalismo gráfico se ampliava nos principais portais de notícias do país. Narravam-se algarismos no lugar de corpos. Desvelam-se o que para as operações de poder<sup>4</sup> (BUTLER, 2018), muita gente é: coisa. E, “coisadamente”, não elaboramos nossos lutos públicos. Esta lógica segue até agora, mais de 17 meses depois da primeira morte causada pelo vírus. Carla Rodrigues (2020) chamou o fenômeno de “língua dos números”. Segundo ela, estamos “reconhecendo por um lado que é impossível narrar todas as perdas e, por outros, que somos incapazes de demonstrar sensibilidade em relação aos mortos”. (RODRIGUES, 2020, p. 141-142).

Dito isto, propomos neste trabalho realizar um gesto de reflexão sobre a importância do luto coletivo diante da pandemia do Coronavírus e, como campo de diálogo, sugerimos perceber como as produções de subjetividades formatadas pela grande mídia elaboram uma espécie de anestesiamento social. Abordaremos a construção imagética da pandemia no Brasil através das imagens em movimento da tragédia, que se contrapõe às imagens esvaziadas de sentidos devido ao visual gráfico que transforma vidas em dados quantitativos. Não vamos neste trabalho exemplificar sistematicamente o que Carla Rodrigues chamou de “língua dos números”. Partiremos da presunção de que o fenômeno é perceptível na cobertura diária da chamada grande mídia. Basta, para ficar em dois exemplos, assistir ao quadro numérico apresentado pelo repórter André Severiano no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, que dá conta dos números de mortes, média móvel, vacinação, etc. Tal “numerificação” fica evidente também ao acessar qualquer site de notícias pertencente aos grandes veículos nacionais, como Uol, R7, G1, etc, e, portanto, eles não farão parte de exemplificações demoradas ao longo deste trabalho. Por outro lado, apresentaremos exemplos e argumentações sobre formas imagéticas de tratamento de tragédias sociais, como no ativismo racial dos

---

<sup>4</sup> No texto introdutório do livro *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2018), Judith Butler realiza um gesto analítico de pensar ações políticas presentes no cotidiano social. Para ela, existe um problema epistemológico, por exemplo, ao pensar as molduras dos enquadramentos que somos submetidos constantemente e pelos quais perdemos a capacidade de apreender a vida dos outros como perdida. Trata-se de um termo muito presente nas formulações da autora que utiliza a partir da noção de um conjunto de acontecimentos capazes de moldar um pensamento político e social comum.

---

Estados Unidos, por meio do documentário *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016) ou como na obra *Krieg dem Kriege!* (Guerra contra guerra!), de Ernst Friedrich, que revela 180 imagens da Primeira Guerra Mundial retiradas dos arquivos militares e médicos da Alemanha.

Nosso caminho metodológico será o de perseguir as evidências em torno da ausência do luto público, por meio da imagem e do imaginário da pandemia. Diante disso, buscamos compreender a problematização de quando rostos e nomes são convertidos em estatísticas e têm suas existências e fisionomias apagadas.<sup>5</sup> Seriam os números, por maiores que sejam, capazes de evidenciar o tamanho da tragédia que atravessamos? Afinal, onde não há despedida, há luto?

Primeiro atravessaremos um campo da subjetividade, se perguntando, por exemplo, se os desastres pautados nos países do primeiro mundo nos afetam diferente das nossas próprias calamidades. Seríamos moldados para perceber uma distribuição desigual do sentido de vida? Depois, se valendo de Susan Sontag, vamos elaborar uma discussão em torno do que a autora chama de “cobertura comprometida” na tentativa de compreender a ausência dos corpos na mídia. Na sequência, revelaremos os exemplos e argumentações em torno do documentário *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016) assim como na obra *Krieg dem Kriege!* (Guerra contra guerra!), de Ernst Friedrich.

## **LUTO PÚBLICO, DICOTOMIA, CORPO E CEP**

Antes do nosso primeiro milhão de casos, foram os italianos que sofreram com a proliferação do vírus. Primeiros mundistas. Foi um choque! Reativamos os gestos de postar *TBTs* para lembrar das nossas últimas passagens pelos países assolados pela pandemia. Tal qual fizemos para doar nossos tempos e nossas memórias para Notre-Dame durante o seu incêndio em abril de 2019. Enquanto isso, Moçambique seguia devastado pelo ciclone Idai que percorreu parte da costa africana entre 4 e 21 de março de 2019, causando inundação também em Madagascar, Malawi e Zimbábue. Estima-se que 800 pessoas foram mortas. Em setembro de 2019, segundo reportagem do portal R7, ao menos 95 mil pessoas ainda estavam desabrigadas. Só em

---

<sup>5</sup> É importante afirmar que tratamos aqui de pessoas anônimas e comuns. Sabemos que quando pensamos em vítimas ou pacientes famosos ou afortunados, nestes casos, a cobertura é constante.

---

Moçambique, pelo menos, 2 milhões de pessoas foram afetadas. (ORLANDO, 2019).

Parece-nos que uma dicotomia ali, entre França e Moçambique, existiu também aqui, entre Brasil e Itália. Recorremos a Judith Butler. Segundo ela, os enquadramentos levam, inevitavelmente, em consideração o corpo e o CEP. Assim, parece-nos que não se tratava apenas de um espanto inicial diante da dor do europeu, mas, sobretudo, de uma percepção coletiva que dita a distribuição desigual do sentido de vida. (BUTLER, 2018). Ou, como já argumentou Stuart Hall: “Se o problema da África era o não-dito, o problema da Europa é um infinito dizer”. (HALL, 1996, p. 73).

Em um seminário intitulado *Arte e descolonização*, a artista visual Jota Mombaça, apresenta-nos um questionamento a partir das suas leituras da filósofa Denise Ferreira da Silva, em torno da noção de valor. Para ela, aquilo que percebemos como valor está diretamente ligado a “uma espécie de bússola ética da modernidade que constitui, por exemplo, o modo como nos relacionamos com a ideia de humano”. (MOMBAÇA, 2019). No seu modo de ver, o valor se tornou um dispositivo capaz de determinar se uma vida vale mais ou vale menos. Este questionamento nos parece uma substância importante para a ideia de constituição de subjetividade. Neste sentido vale a pergunta: qual vida vale mais? A do europeu ou do latino? A dos italianos ou dos brasileiros?

Do mesmo modo que o valor da vida pode ser edificador das nossas subjetividades, a importância do luto público também. Platão já havia percebido tal potencialidade. Em *A República* (2020) o filósofo quis banir os poetas. Segundo Butler, Platão acreditava que, se os cidadãos assistissem às tragédias com muita frequência, chorariam suas perdas e o luto seria capaz de perturbar a ordem e a hierarquia da alma, desestabilizando também a ordem e a hierarquia da autoridade pública. (PLATÃO *apud* BUTLER, 2018). Platão sabia que o luto público consegue gerar comoção. Por isso, “a distribuição desigual do luto público é uma questão política de imensa importância”. (BUTLER, 2018, p. 65).

O luto público logra respostas afetivas aptas a gerar indignação. A medida da sua propagação é definidora da produção de ações sociais questionadoras. Podemos citar

toda a mobilização em torno do assassinato de George Floyd em maio de 2020.<sup>6</sup> A partir desse exemplo, podemos nos questionar: e se a imagem de um policial branco ajoelhado no pescoço de um negro, que insistia em afirmar que não conseguia respirar, não circulasse pelas redes sociais, teríamos um luto público capaz de gerar uma trajetória de comoção? Veremos logo mais, a partir do exemplo do documentário *A 13ª Emenda*, de Ava Duvernay (2016), que só após imagens como a de Floyd terem sido propagadas pelos movimentos civis, foi possível elaborar uma reação às políticas discriminatórias.

### COMOÇÃO COMO ESFACELAMENTO

Até aqui, citamos sem exemplificações a presença de uma cobertura gráfica na grande mídia que busca traduzir, diariamente, os efeitos transmissíveis e mortais da pandemia em números.<sup>7</sup> Suspeitamos também que ficamos mais chocados, em um primeiro momento, com a situação na Itália do que necessariamente com a nossa. Por que nos comovemos tanto com os caixões empilhados na Itália e as celebrações em um Vaticano vazio, mas demonstramos menor comoção com o agravamento da situação no Brasil? Desconfiamos que essa reação (comoção de um lado e aparente indiferença do outro) diz da nossa percepção a respeito do valor da vida. Perguntamos, a partir de um questionamento de Mombaça: qual vida vale mais? A dos italianos ou dos brasileiros? E lembramos da potencialidade do luto público, algo já perceptível desde os escritos do filósofo Platão. Sugerimos a pergunta: por que nosso luto público não se fez evidente neste momento?

A nossa hipótese é que em uma sociedade de controle, tal qual nos apresenta Michael Hardt (2000), o modo como se organizam as operações de poder, seja política, econômica ou social, assaltam as produções de subjetividade também a partir do esfacelamento da comoção. Vale a pena se deter sobre essa ideia de Hardt. A partir da

---

<sup>6</sup> George Perry Floyd Jr. foi um afro-americano assassinado, estrangulado por um policial branco que ajoelhou em seu pescoço durante uma abordagem, no dia 25 de maio de 2020, em Minneapolis. Floyd foi abordado, supostamente, por tentar usar uma nota de vinte dólares falsificada em um supermercado. Após alguns vídeos serem compartilhados nas redes sociais, vários protestos em várias cidades americanas e depois, no mundo, eclodiram. Na terceira noite de protestos, na cidade onde o assassinato ocorreu, a delegacia de polícia onde os agentes envolvidos na ação trabalhavam, foi incendiada.

<sup>7</sup> Como argumentamos na introdução deste trabalho, a “língua dos números”, como chamou a pesquisadora Carla Rodrigues a cobertura midiática em torno da pandemia, não será objeto de exemplificações. Acreditamos que resta evidente em qualquer acesso aos principais portais de notícias do Brasil, como Uol, R7 ou G1, do que se trata.

---

leitura de Gilles Deleuze, passando por uma investigação da obra de Michael Foucault, Hardt elabora uma constatação de que a sociedade disciplinar deu lugar à sociedade de controle. Segundo ele, instituições como escola, família, hospital, prisão e fábrica, que constituíam a sociedade disciplinar, entraram em crise e perderam lugar para o que ele chama de “formas fluídas” e sem muros visíveis. “O ‘espaço estriado’ das instituições da sociedade disciplinar dá lugar ao ‘espaço liso’ da sociedade de controle”. (HARDT, 2000, p. 357).

Para o filósofo, a sociedade de controle, que ocupou o lugar da sociedade disciplinar, se caracteriza pela corrupção, pensada como uma *oni-crise*, uma espécie de discurso constante e não uma crise em si, como a entendemos, como um estado de incerteza ou declínio que precisa ser superado. *Oni-crise* seria algo como um estado perpétuo. Assim como é preciso pensar na noção de corrupção não como uma ideia de desvio de recursos públicos, como o imaginário coletivo internalizou, mas como algo em esfacelamento. Ele propõe sua leitura a partir da etimologia latina da palavra: “com-rumpere, esfacelar-se”. (HARDT, 2000, p. 371). Como uma das características principais de constituição, a sociedade de controle e a máquina capitalista, assim como defendiam Deleuze e Félix Guattari, na leitura de Hardt, “só funciona se esfacelando”. (HARDT, 2000, p. 371). E assim a comoção se compõe: a partir do esfacelamento. Neste sentido, trata-se de uma sociedade que lamenta apenas os corpos que, ao longo da produção esfacelada de comoção, se constituíram como choráveis.

A comoção depende de apoios sociais para o sentir: só conseguimos sentir alguma coisa em relação a uma perda perceptível, que depende de estruturas sociais de percepção, e só podemos sentir comoção e reivindicá-la como nossa com a condição de que já estejamos inscritos em um circuito de comoção social. (BUTLER, 2018, p. 81-82).

Para Butler (2018), a maneira pela qual respondemos à dor dos outros e como formulamos críticas morais e articulamos análises políticas dependem de certo campo de realidade perceptível já ter sido estabelecido. (BUTLER, 2018, p. 100). “O que sentimos é parcialmente condicionado pela maneira como interpretamos o mundo que nos cerca”. (BUTLER, 2018, p. 68).

---

O modo como enquadrámos a Europa no imaginário coletivo talvez seja amplamente mais positivo do que a forma como nos percebemos. Existe uma regulação de perspectiva que nos faz apreender, desde sempre, a distribuir sentidos desiguais de vida entre o chamado primeiro-mundo e nós, considerados por muitos, como terceiros-mundistas. Para Butler, essa construção imagética social é resultado de interpretações constituídas de maneira que nos fazem “acolher certas dimensões do mundo e resistir a outras”. (BUTLER, 2018, p. 81). É uma forma de constituição enquadrada em respostas afetivas e valoração moral que são apresentadas em diversas instituições que compõem, no contexto da sociedade de controle, redes flexíveis moduláveis (HARDT, 2000) como a família, a escola, a prisão, a fábrica, etc.

Dialogando com Susan Sontag, Butler (2018) nos fala da cobertura comprometida, uma espécie de acordo entre a grande mídia e as operações de poderes estatais, como o Departamento de Defesa Americano, que determinou, por exemplo, a ausência de corpos mortos na guerra do Afeganistão, com a justificativa de que isso minaria o esforço de guerra americano. O que o público viu, portanto, foi uma guerra sem sangue, mas com números.

Essa prática, segundo Sontag, ocorreu pela primeira vez já na Primeira Guerra Mundial. Segundo ela, os altos-comandos de países como França e Alemanha só permitiam a presença na zona de combate de alguns poucos escolhidos fotógrafos. Durante a cobertura do Vietnã, no entanto, houve um relaxamento da censura e as imagens se tornaram armas críticas à guerra. “Isso estava fadado a ter consequências: os meios de comunicação dominantes não têm nenhum interesse em fazer as pessoas sentirem engulhos diante das lutas para as quais estão sendo mobilizadas”. (SONTAG, 2003, p. 57).

Tal efeito se espria até agora. Afinal, onde estão os corpos dos nossos mortos? O que realmente significa mais de 550 mil mortos quando isso é um número? Somos capazes de chorar, lamentar ou se revoltar diante de algarismos? Ou, como questiona Rodrigues (2020), quando os números do país passavam de 60 mil óbitos: “Sabemos nomear o que perdemos diante de meio milhão de pessoas mortas no mundo e 60 mil só no Brasil?” (RODRIGUES, 2020, p. 139).

---

Portanto, temos dois procedimentos a observar. A primeira é da nossa desconfiança em relação à formação de subjetividade que coloca em um cenário de reconhecimento de valor no qual nossa vida é minimizada em relação ao valor da vida de um europeu. A segunda diz de uma formulação narrativa numérica que não nos permite enxergar nossos mortos, consubstanciando todas e todos em estatísticas. Um mecanismo que favorece nossa incapacidade ao observar a dor do outro, como bem nos lembrou Rodrigues (2020).

Sem corpos diante dos olhos, vemos caixões que viram combustíveis de notícias falsas. Segundo a Agência Lupa, 30% dos vídeos e fotos mais compartilhados sobre o novo coronavírus em grupos de WhatsApp no início de maio de 2020 eram fake news sobre caixões vazios. (LEMOS, 2020). Propomos uma exemplificação da cobertura jornalística a partir de uma data até aqui importante numericamente em relação a pandemia: 20 de junho de 2020, quando o Brasil atingiu os 50 mil mortos por Covid-19. Nossa proposta é avançar posteriormente para uma análise das edições dos dias em que atingimos 100 mil, 200 mil e 400 mil. Faremos isso em uma próxima versão do trabalho.

Partimos da pergunta: qual abordagem o jornal televisivo de maior audiência no país, o Jornal Nacional<sup>8</sup>, da Rede Globo de Televisão, ofereceu sobre o assunto? Vejamos. No dia em que o país ultrapassou o número de 50 mil mortes causadas pelo coronavírus, o Jornal Nacional<sup>9</sup> iniciou a edição com um editorial pedindo para que as pessoas respirassem. O texto, lido pelo apresentador William Bonner, afirmava: “50 mil não são um número. São pessoas que morreram numa pandemia. Elas tinham família, mães, pais, filhos, irmãos, tios, avós... famílias”. Enquanto isso, imagens de vítimas do vírus, entre perceptíveis e imperceptíveis, são projetadas atrás dos apresentadores. A iniciativa que a princípio reivindica uma humanização diante dos números, mostra-se

---

<sup>8</sup> Naquela semana, entre 26 de abril de 2021 e 2 de maio de 2021, o Jornal Nacional foi o quarto programa mais visto da televisão brasileira, perdendo apenas para as novelas “Império” (1º lugar) e “Salve-se quem puder” (3º lugar), além do “Big Brother Brasil” (2º lugar), todos da Rede Globo de Televisão. Os dados são da Kantar Ibope Media que avaliou os números do horário nobre em 15 praças brasileiras. O relatório, intitulado “Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 26/04 a 02/05/2021”, está disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-26-04-a-02-05-2021>. Acesso em: mai.2021.

<sup>9</sup> A edição citada neste trabalho foi acessada por meio da plataforma GloboPlay. Para ver os telejornais é preciso ser assinante. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/20-06-2020>. Acesso em: mai.2021.

retórica. Ao longo da edição nenhuma reportagem que trata do assunto dialoga com esse desejo. O que vemos, assim como no dia a dia do jornal, são basicamente números (figuras 1 e 2). Fala-se de hospitais de campanha em várias regiões do país, de falta de insumos, sedativos e de vagas nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs. O jornal aborda os decretos de medidas de isolamento em municípios e estados, revela o crescimento de casos, mas tudo embasado em um jornalismo estatístico.

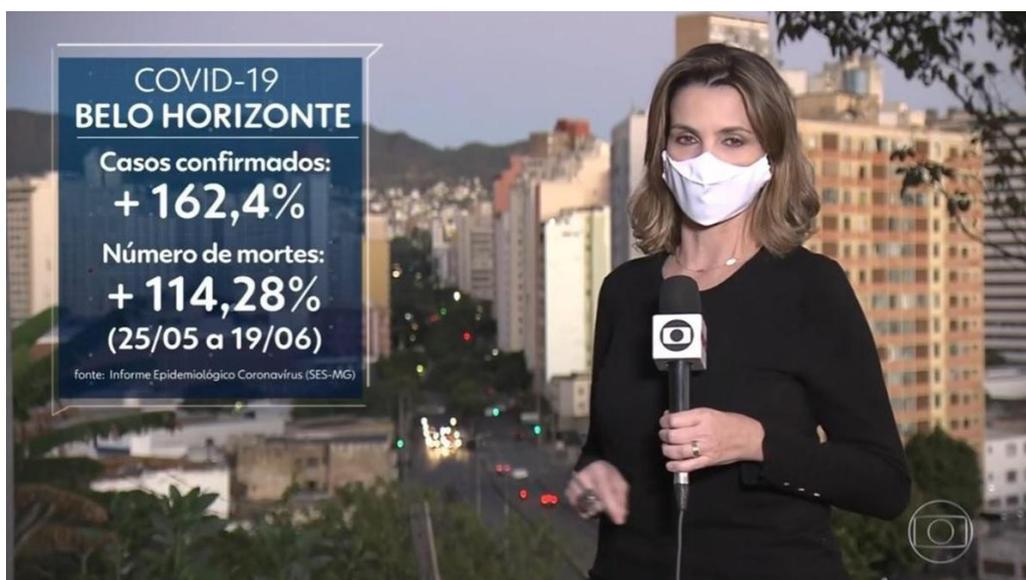


Fig. 1. Repórter apresenta o crescimento de casos e mortes em Belo Horizonte.



Fig. 2. Apresentadora detalha os casos no país e o número de infectados nas últimas 24 horas do dia 20 de junho de 2020.

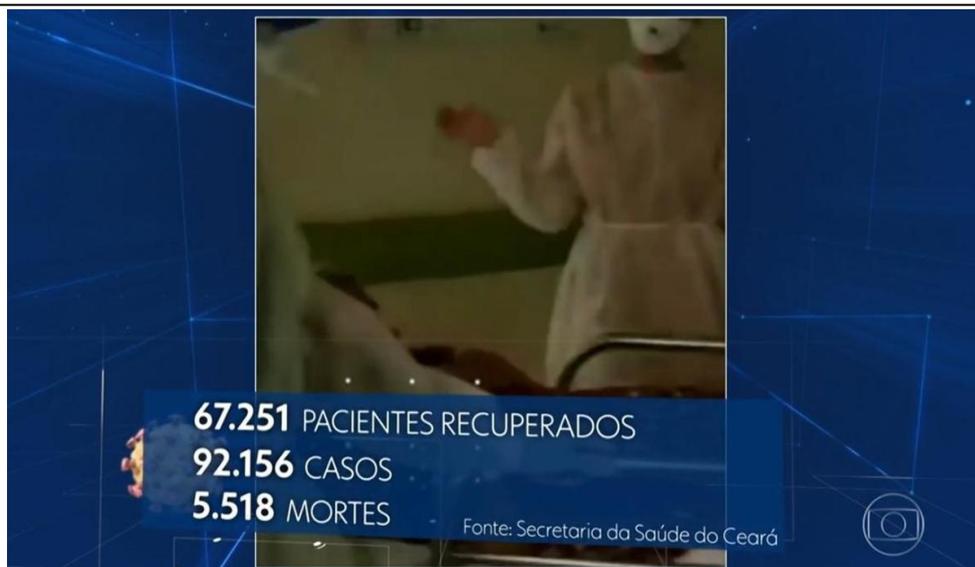


Fig. 3. Reportagem detalha os números dos pacientes recuperados no Ceará.

A edição de 20 de junho também tratou de assuntos como o desmatamento na Amazônia, o comício para campanha de reeleição de Donald Trump, a entrada do ex-ministro Abraham Weintraub nos Estados Unidos, os desdobramentos do caso Fabrício Queiroz e realizou chamadas para os programas Fantástico e Esporte Espetacular. Ao final, uma reportagem retomou o assunto, mostrando um gesto comum nos hospitais: a saída dos pacientes recuperados sob aplausos. Mesmo ali, o que embasa a argumentação da narrativa também são os números, desta vez dos recuperados (figura 3).

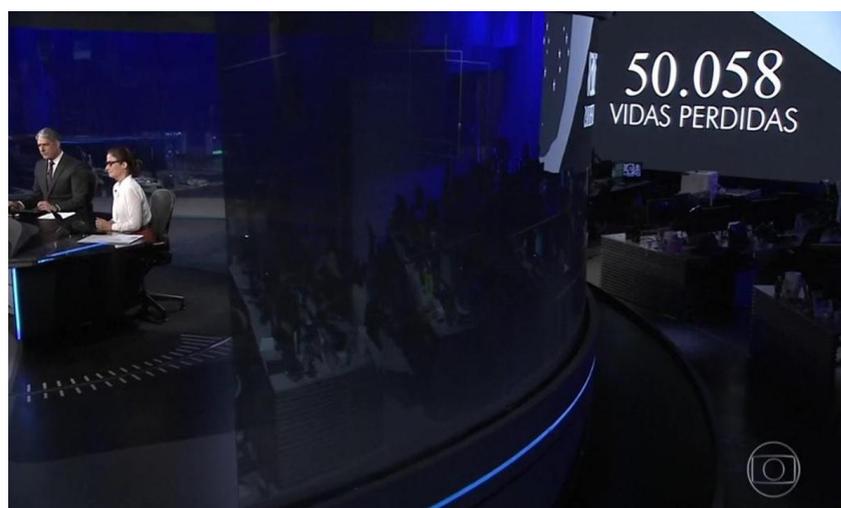


Fig. 4. JN é encerrado em silêncio com os números de vítimas causadas pela pandemia.

---

No encerramento, efetiva uma “homenagem” ao estampar o número de mortos pela pandemia até ali, 50.058, em silêncio (figura 4). Colabora para a tradução em estatística e segue dizendo em “língua dos números” (RODRIGUES, 2020). A presença do editorial que questiona a forma de perceber a pandemia por meio dos números contradiz o trabalho jornalístico que investe numa cobertura atolada em gráficos.

## IMAGEM COMO PROVA

Voltemos a Butler. A filósofa realiza, a partir do exemplo de cobertura na guerra, uma análise que também nos convém agora em tempos de pandemia. Para ela, o Estado entendeu já há alguns anos a importância de atuar no campo da percepção imagética e, por meio dessa laboração, busca controlar a comoção. Neste sentido, o exemplo que Sontag (2013) nos oferece é irretocável. Após afirmar ser possível que, “se o horror pudesse ser apresentado de forma bastante nítida, a maioria das pessoas finalmente apreenderia toda a indignidade e a insanidade da guerra” (SONTAG, 2003, p. 17), ela nos conta a história de Ernst Friedrich e seu álbum *Krieg dem Kriege!* (Guerra contra guerra!), que revela 180 imagens da Primeira Guerra Mundial retiradas dos arquivos militares e médicos da Alemanha. “Quase todas as imagens de *Guerra contra guerra!* são difíceis de olhar” (SONTAG, 2003, p. 18). A obra traz um capítulo intitulado “A fase da guerra” (figura 5), com 24 closes de rostos desfigurados de soldados. O álbum foi rapidamente denunciado. “Em determinadas cidades, a polícia invadiu as livrarias, e abriram-se processos contra a exibição pública das fotos” (SONTAG, 2003, p. 18).

Consciente e atuante da reverberação que trabalhos assim são capazes de fazer, quase sempre, eles são proibidos ou, no caso da “cobertura comprometida”, desconsiderados. “O que está em jogo é a regulação das imagens que poderiam galvanizar a oposição política a uma guerra”. (BUTLER, 2018, p. 112). A consequência disso é a edificação de um modelo padronizado de imagem que estrutura, a partir de estatísticas e gráficos, uma forma de ver algo difícil de se fazer representável, portanto, dificultoso de uma leitura aproximada da realidade. “A imagem, que, supostamente deveria entregar a realidade, na verdade a esconde da percepção”. (BUTLER, 2018, p. 115).

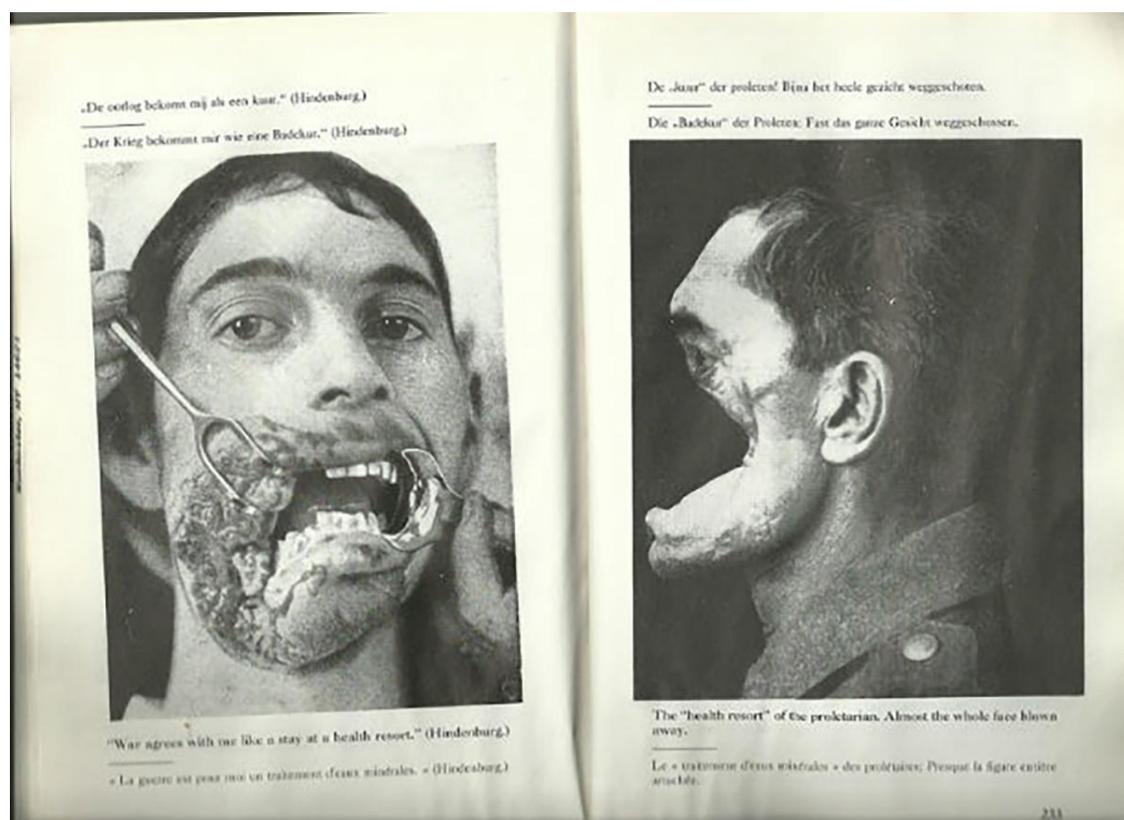


Fig. 5. Fotografia do livro *Krieg dem Kriege!* (1924), de Ernst Friedrich.

Para uma reflexão mais imagética, propomos pensar, em termos comparativos, na cobertura midiática do 11 de setembro, nos Estados Unidos da América. Muita coisa poderia ser analisada a partir deste acontecimento, mas para ficar em um exemplo, sugerimos a recordação de uma das imagens mais reproduzidas na época, para além das colisões das aeronaves nos prédios e dos desmoronamentos: a cena de um homem caindo (figura 6). Um corpo ainda vivo, em movimento, em encontro com a morte. São segundos reguladores de emoções. Constituem-nos enquanto sujeitos, quase sempre, comovidos e assustados.



Fig. 6. *The Falling Man*, fotografia de Richard Drew, da Associated Press. A imagem mostra um homem caindo da Torre Norte do World Trade Center às 09:41 durante os ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque.

Segundo Sontag (2003), as fotos são capazes de objetificar e, objetificando, transformam “um fato ou uma pessoa em algo que se pode possuir” (SONTAG, 2003, p. 69), possuindo-o, no caso do homem que cai das torres, nos moldamos para nos indignar diante dos autores do que ficou conhecido como atentado terrorista ao World Trade Center. Para Sontag, a noção contemporânea de atrocidade exige provas fotográficas: “se não há provas fotográficas, não há atrocidade”. (SONTAG *apud* BUTLER, 2018, p. 108).

Acreditam nisso também estudiosos, ativistas e políticos envolvidos na história racial americana. No documentário *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016), os especialistas, ao analisarem a correlação entre a criminalização da população negra americana e o crescimento do sistema prisional do país, afirmam que só a partir do momento em que os movimentos civis começaram a mostrar as imagens, foi possível esboçar alguma reação às políticas discriminatórias.

Os entrevistados lembram que Martin Luther King Jr. tinha, como estratégia nos anos 50, mobilizar a televisão para revelar como a segregação era realizada. “Você tem que chocar as pessoas para chamar a atenção”, diz um dos entrevistados, Van Jones<sup>10</sup>. O filme mostra, então, uma sequência de imagens de assassinatos e abordagens policiais que conseguiram constituir uma trajetória de comoção em relação aos negros nos Estados Unidos: Oscar Grant, Tamir Rice, Sam Dubose, Freddie Gray, Jason Harrison, Laquan McDonald, Eric Courtney Harris, Philando Castile e Eric Garner (figura 7). Este último, semelhante a George Floyd.



Fig. 7. Sufocamento de Eric Garner / Frame de *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016).

Todas as imagens, no entanto, são de dispositivos móveis das vítimas, dos familiares próximos ou dos próprios policiais. “A diferença é que agora alguém pode pegar um destes e registrar o que está acontecendo. Pode publicar no Youtube e o mundo inteiro tem que lidar com isso”, afirma Van Jones no filme, mostrando um *smartphone*. Isso aponta para o fato de que não necessariamente os aglomerados de comunicação como CNN e FOX, nos Estados Unidos, ou Rede Globo e Record, no Brasil, detêm o monopólio do poder de manipular a opinião pública. Não entraremos

<sup>10</sup> É um advogado e comentarista político da CNN. É também fundador da Dream Corps, uma entidade que se intitula uma “incubadora de ideias e inovações poderosas destinadas a elevar e capacitar os mais vulneráveis em nossa sociedade”.

---

aqui neste mérito, mas podemos concordar que a atenção pública é guiada, como acreditava Sontag, pelas atenções destas mídias. Hoje, cada vez mais, também somos encaminhados pelas redes sociais e seus controles de emoções. Também não é objeto deste trabalho analisar esse fragmento comunicacional. Porém, seja por meio da tradicional mídia, seja pelas redes, todas as formas de disputa de sentimentos perpassam pela constituição imagética. Foi o que se deu na chamada Guerra do Vietnã. Foram as imagens das atrocidades que geraram o sentimento de comoção. Sontag nos lembra que um acontecimento semelhante se deu também na Bósnia, no que ficou conhecido como efeito CNN. (SONTAG, 2003).

Justamente devido a exemplos como esses trazidos pelos entrevistados do filme de Ava DuVernay ou pela comoção tanto nas guerras do Vietnã, como na Bósnia, desconfiamos que as imagens que nos alimentam nos moldam em um tipo de subjetividade que não nos permite perceber a moldura dos enquadramentos que ditam realidades. Vamos sendo forjados sem consciência do que e como nos forjam, mas ao perceber a fragilidade de um outro, percebemos as nossas fragilidades.

Existem maneiras de enquadrar que mostram o humano em sua fragilidade e precariedade, que nos permitem defender o valor e a dignidade da vida humana, reagir com indignação quando vidas são degradadas ou dilaceradas em que se leve em conta seu valor enquanto vidas. (BUTLER, 2018, p. 118).

Butler nos lembra das fotos de Abu Ghraib e das poesias dos presos de Guantánamo, e de quando esses dispositivos escaparam ao controle daqueles capazes de forjar subjetividades. Segundo ela, quando os advogados especializados em direitos humanos promoveram a publicação das fotografias em todo o mundo, estabeleceram condições para sentimentos como surpresa, indignação e repulsa. Assim, eles possibilitam uma evasão capaz de gerar uma trajetória de comoção.

Embora nem a imagem nem a poesia possam libertar ninguém da prisão, nem interromper um bombardeio, nem, de maneira nenhuma, reverter o curso da guerra, podem, contudo, oferecer as condições necessárias para libertar-se da aceitação cotidiana da guerra e para provocar um horror e uma indignação mais generalizados, que apoiem e estimulem o clamar por justiça e pelo fim da violência. (BUTLER, 2018, p. 27).

---

Cabe a provocação: o que é capaz de provocar horror ou indignação: um gráfico com números diários ou uma foto de um homem em queda de um prédio em chamas? Qual imagem conseguiria pautar o fim da violência: homens negros sendo sufocados por quatro, cinco policiais ajoelhados, ou mapas de um país contaminado, mas colorido entre amarelo, vermelho ou azul?

## CONCLUSÃO

Segundo João Moreira Salles, recorrendo ao analista político americano Jamelle Bouie, “o trauma nacional tem a capacidade de unir”. (SALLES, 2020). Para Salles, quando choramos juntos os nossos mortos “expomos a fragilidade da nossa condição e explicitamos nosso destino comum, o que põe em relevo um sentimento coletivo que é o contrário do egoísmo”. (SALLES, 2020). Em seu texto para a Revista Piauí, publicado em julho de 2020, o documentarista cria um campo de diálogo com alguns dos pensamentos trazidos neste trabalho e também nos alerta para a importância do luto público como já apontamos também em Butler. “Ainda que cada dor seja intransferível, essa comunhão em torno do sofrimento proporciona um alicerce para a solidariedade e a ação coletiva”. (SALLES, 2020). É o exato oposto do que nos faz perceber quando a pandemia é traduzida em números, gráficos e estatísticas.

A partir disso, podemos concluir, pensando com Butler, Sontag e Hardt, que o enquadramento dado pela cobertura jornalística que nos alimenta a respeito da pandemia, para usar um termo da Sontag, não nos persegue. E, sendo assim, não desvela a precariedade que reivindica Butler, construindo um presságio de que apesar de todas essas mortes e contaminações, não há perda nem dores, portanto, não há razão para luto.

Essa conclusão diz respeito ao presente, mas também ao futuro. Não nos atravessar hoje é uma substância fundamental para o não atravessamento do amanhã. Presumimos que essa modalidade de apresentação midiática fundamentada em revelar gráficos e esconder corpos, elaborará, ao longo dos próximos anos, uma espécie de estatuto histórico ausente de memórias visuais. Neste caso, não choramos o que não avistamos, nem choraremos o que não vamos ver porque não haverá imagens para se enxergar. Podemos trazer aqui um questionamento também de Sontag: “que atrocidade

do passado incurável julgamos ser nossos dever revisitar?” (SONTAG, 2003, p. 78). Para exemplificar, voltemos à fotografia de Richard Drew, de um homem caindo no 11 de setembro. Ficamos chocados à época, mas também nos mantemos boquiabertos até hoje. Sobre a pandemia de 2020-2021, qual imagem regulará nossas emoções daqui a 20 anos? Amputados pelo processo de subjetivação que nos constitui, parece-nos que secamos nossas lágrimas e não percebemos o que os números nos mostram. “O trabalho de luto talvez seja, em grande medida, uma tentativa de perder os mortos sem abandoná-los, nosso último e permanente gesto de amor”. (RODRIGUES, 2020, p. 137).

## REFERÊNCIAS

**A 13ª EMENDA.** Direção: Ava DuVernay. Produção: Howard Barish, Ava DuVernay e Spencer Averick. Distribuição: Netflix. Nova Iorque, 2016. 100 min., son., color.

BUTLER, Judith. Vida precária, vida passível de luto. In: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 13-55.

\_\_\_\_\_. Capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade, comoção. In: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 57-97.

\_\_\_\_\_. Tortura e a ética da fotografia: pensando com Sontag. In: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 99-149.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, 1996, p. 68-75.

HARDT, Michael. **A sociedade mundial de controle.** In: ALLIEZ, Éric (Org.). **Gilles Deleuze:** uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 357-372.

**JORNAL NACIONAL.** Diretor Responsável: Ali Kamel. Produção: Rede Globo de Televisão. Edição: 20 de junho de 2020, Rio de Janeiro, Brasil.

MOMBAÇA, Jota. **MASP Seminário: Arte e descolonização.** São Paulo: MASP Museu de Arte de São Paulo, 21 out. 2019. 1 vídeo (2:22:28). Publicado por MASP Museu de Arte de São Paulo. Disponível em: <<https://youtu.be/fdb5Hw7sWhI>>. Acesso em: ago.2021.

---

ORLANDO, Giovanna. **Seis meses após Idai, Moçambique teme nova temporada de ciclones.** Portal R7. Set. 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/seis-meses-apos-idai-mocambique-teme-nova-temporada-de-ciclones-16092019>>. Acesso em: ago.2021.

PLATÃO. **A República** [ou Da justiça] [livro eletrônico] / Platão; Tradução, textos complementares e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2020.

RODRIGUES, Carla. **Os fins do luto.** Revista Serrote em quarentena, São Paulo, edição especial, p. 132-143, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.revistaserrote.com.br/2020/07/serrote-edicao-especial/>>. Acesso em: ago.2021.

SALLES, João Moreira. **A morte e a morte: Jair Bolsonaro entre o gozo e o tédio.** Revista Piauí. Jul. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-no-governo-bolsonaro>>. Acesso em: ago.2021.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.